Informativo Bancário
Edição nº662 de 04 a 08 de novembro de 2002

BB: intransigência total

Diretoria insiste em oferecer 2% de reajuste e acena com R$ 0,36 a mais no auxílio refeição. Uma nova rodada de negociação foi marcada para dia 13/11.

A intransigência tomou conta dos diretores do BB, nos últimos dias de governo FHC. A nova rodada de negociação, dia 31/10, frustrou novamente as expectativas dos funcionários. Parece piada, mas o banco manteve sua proposta inicial de 2% de reajuste e tentou agradar a Comissão de Empresa com a "possibilidade" de aumentar em R$ 0,36 o auxílio-refeição. "Isto é um desrespeito e uma provocação ao funcionalismo. Precisamos acordar para a realidade que nos agride há quase uma década, pois a diretoria do BB não demonstra o menor interesse em atender as nossas reivindicações", afirma Ricardo Saraiva Big, secretário geral do Sindicato e funcionário do BB.

Os funcionários do BB são bancários como todos os trabalhadores do Sistema Financeiro. Por isso, a Comissão de Empresa entregou no mês de setembro, à diretoria do banco, documento exigindo a aplicação da convenção dos bancários para os funcionários do BB. Porque, enquanto eles tiveram míseros 3,73% de correção salarial, o reajuste dos bancários foi mais de 50% no mesmo período. Nesta Campanha Salarial, os bancários da iniciativa privada receberam reajuste de 7% sobre todas as verbas; vale cesta-alimentação de R$ 163,71; vale-refeição R$ 10,36; PLR de 80% do salário mais fixo de R$ 550,00 e abono linear de R$ 1.200,00.

Enquanto o BB oferece: 2% de reajuste, cesta-alimentação R$ 120,00 e abono de 90% do salário e valetik de R$ 10,20. Não podemos aceitar o congelamento. "Queremos reajuste já para as verbas VP, AP e gratificação de caixa. Entretanto, o funcionalismo deve fazer a sua parte e participar das manifestações, assembléias e reuniões que serão convocadas nos próximos dias pelo Sindicato", finaliza Big.

Assédio moral aterroriza funcionários

A direção do banco Inglês, HSBC, não se cansa de aterrorizar seus funcionários. Primeiro mandaram espionar os funcionários e diretores do Sindicato de Curitiba, depois não cumpriram o Acordo Coletivo no que se refere ao pagamento da 2ª parcela da PLR devida em 2002 e agora assedia moralmente com ameaças seus funcionários via internet.

O assédio partiu do diretor regional adjunto de São Paulo do HSBC, José Donizetti Batista Prado, que enviou mensagem interna por e-mail com a seguinte frase: "O que

precisa ser feito com um gerente de relacionamento que não faz no mínimo dez indicações de contas covertidas por mês? Precisamos demiti-lo....."

A pergunta é, o que a direção do HSBC deve fazer com um gerente regional sem preparo para lidar com os bancários assediando-os moralmente, num país onde os trabalhadores acabaram de sair vitoriosos das urnas? Se isto estiver ocorrendo em sua agência, denuncie ao Sindicato.

Campanha Salarial na CEF continua

Os delegados sindicais representantes dos empregados da Caixa Federal decidiram reunir-se no próximo dia 23/11, para avaliar os rumos da Campanha Salarial, que tem como prioridade o cumprimento da convenção coletiva da categoria. A pauta reivindicando o cumprimento da convenção foi entregue em setembro, contudo a CEF não abriu negociações e ofereceu míseros 2% de reajuste.

Os dirigentes sindicais da CEF exigem que a diretoria da CEF respeite o acordo coletivo assinado com a Fenaban e sigam os mesmos patamares, ou seja, reajuste de 7% para todas as verbas e abono de R$ 1.200,00. A nova reunião acontece com um quadro político mais definido e diferente. A campanha Salarial 2002/03 tem que ser encerrada no governo FHC com a pressão dos empregados da CEF.

Já conquistamos uma vitória: o fim da terceirização de mão-de-obra em agência e unidades em fevereiro de 2003, conforme despacho favorável do Tribunal Regional do Trabalho da 15º Região (Campinas). Uma luta travada desde 1995 pelo movimento sindical.

"Agir Bem" dá justa causa no Itaú

Com a pressão do Programa Agir e para atingir metas absurdas exigidas pelo banco Itaú, há muito tempo, os funcionários vem praticando a venda casada de produtos durante a abertura de contas correntes, tais como cartões de crédito sujeitos a limites (Lis) estipulados automaticamente ou, conforme o valor, pela gerência. Contudo, muitos funcionários do Itaú de Bob Setúbal, estão sendo demitidos por justa causa exatamente por vender estes produtos sem nenhuma segurança e garantia do banco.

Na Baixada Santista aconteceram dois casos de demissões injustas, um dos casos foi revertido pelo Sindicato dos Bancários de Santos. Mas infelizmente por causa da intransigência do Itaú o outro caso não foi possível reverter.

Portanto, vai um alerta a todos os funcionários do itaú para que não hajam desta forma na venda de produtos de créditos, pois o banco não perdoa e só vê lucro. O departamento jurídico do SEEB de Santos e Região entrará com uma ação para reverter a justa causa.

Financiários aprovam proposta de 8,5% de reajuste

Os funcionários de empresas de crédito, durante assembléia realizada na sede do Sindicato, dia 30/10, aprovaram a proposta da Fenacrefi para a renovação do acordo coletivo 2002/2003, que prevê reajuste de 8,5%, PLR de 75% do salário mais R$ 450 fixos, com teto de R$ 4 mil, paga até 15 de janeiro de 2003.

O reajuste é retroativo a 1º de junho,data-base dos financiá-rios. As diferenças salariais relativas ao período de junho a novembro devem ser pagas em 10 dias, após assinatura do acordo. Os tíquetes virão com acerto da diferença no final de novembro.

O acordo também assegura a criação de uma comissão paritária - composta por representantes da Fenacrefi e dos sindicatos para discutir questões relativas à saúde e igualdade de oportunidades.

O reajuste é fruto da paciência dos trabalhadores,a perseverança dos negociadores e do novo cenário eleitoral no Brasil.

BB de São Vicente

A diretoria do Sindicato recebeu denúncia referente à imposição da gerência da agência São Vicente do Banco do Brasil, no sentido de obrigarem os funcionários a usar uma camiseta com a inscrição "MUITO SATISFEITO". Ora, tal imposição contraria o livre discernimento do empregado, resultando numa situação constrangedora, uma vez que é impossível, com um salário que não sofre reajuste há mais de oito anos, falar em satisfação.

O Sindicato já está tomando as providências cabíveis no sentido de coibir tal prática autoritária e ilegal, condenando sempre o empregado sem saída, o economicamente mais fraco, exercendo suas funções de forma mais realista que o rei.

No BB outra vez

Na contramão do novo cenário político do país, a gerência da agência Boqueirão/BB tentou impedir o acesso do Presidente do Sindicato, Pedro de Castro Junior e do Secretário Geral e funcionário do BB, Ricardo Saraiva Big, desrespeitando norma coletiva de trabalho e se portando de forma autoritária.

Com esse comportamento, pressionam seus subordinados a acatar ordens de forma passiva, sem direito a qualquer objeção, além de impedir, de forma ilegal, o contato dos empregados com seus representantes legítimos.

Na Boca do Caixa

Banespa I

Nos primeiros nove meses de 2002, o lucro do Banespa cresceu 404%, em comparação a igual período de 2001, totalizando R$ 2,323 bilhões. Se levarmos em consideração que em 2001 o lucro amealhado foi de R$ 1,089 bilhão e o patrimônio do Banespa Santander atinge cerca de R$ 3 bilhões, os banespianos já reverteram quase a totalidade dos R$ 7,05 bilhões pagos em 2000, na compra do banco pelos Banqueiros espanhóis.

Banespa II

O lucro do Santander Banespa foi obtido essencialmente com a especulação da alta do dólar e a supervalorização dos títulos públicos e não com investimento no setor produtivo, como era feito quando o banco pertencia ao Estado.

Banespa III

A reunião entre a Comissão de empresa e o Banco, resultou na extensão da garantia de emprego até 31/01/03 para os funcionários admitidos até 20/11/2000. Também serão realizadas negociações quanto a forma de contratação de estagiários.

CNB/CUT

A Executiva Nacional dos Bancários reune-se nesta quarta-feira para debater a campanha salarial dos bancos federais, em Brasília.

CEF

FHC continua desmontando a CEF; serão extintas as Gipes de SP, Belo Horizonte, Porto Alegre e dispensa de funções aos lotados na Direh. Como se Serra tivesse sido eleito, ele pretende que em 30/04/03 terceirize-se a administração da Pams Caixa e a transferência para Brasília dos escritórios estaduais da Rerthus, que centralizam todos os processos de reclamações trabalhistas do Brasil.